



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RCD no HABEAS CORPUS Nº 566749 - RJ (2020/0067036-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
REQUERENTE : MARCELOS DOS SANTOS ALVES JUNIOR (PRESO)
ADVOGADO : JOÃO GILBERTO DEMERCIAN FILHO - RJ105259
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração apresentado por **MARCELO DOS SANTOS ALVES JUNIOR** contra decisão que indeferiu pleito liminar.

Consta nos autos que o ora requerente foi denunciado como incurso nas sanções dos arts. 33, caput, e 35, c.c. o art. 40, inciso IV, todos da Lei n.º 11.343/2006, e do art. 329, caput, do Código Penal, na forma do art. 69 do mesmo Codex. A inicial narra que o paciente e outros acusados associaram-se entre si (todos integrantes do Comando Vermelho) para a prática de tráfico de drogas e traziam consigo 340 gramas de maconha e 30 gramas de cocaína, bem como possuíam duas pistolas calibre 9mm, ambas municiadas e com numeração raspada. No momento da abordagem policial na comunidade do Abacaxi, os acusados opuseram-se à ação da polícia mediante disparos de arma de fogo contra os agentes (e-STJ, fls. 41-45).

A prisão em flagrante ocorreu no dia 26/09/2019 e foi convertida em preventiva em audiência de custódia realizada em 28/09/2019.

Indeferido o pedido de revogação da custódia cautelar (e-STJ, fls. 92-93), a defesa impetrou prévio *writ* perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que denegou a ordem (e-STJ, fls. 46-60).

No presente *habeas corpus*, o impetrante aponta excesso de prazo na instrução criminal que foi agravado com o surgimento da pandemia do coronavírus, que levou a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro a publicar o Ato Normativo Conjunto n.º 04/2020, suspendendo o atendimento ao público por 14 dias e a realização de audiências pelo período de 60 dias.

Além disso, relata que o Governo do Estado do Rio de Janeiro publicou o Decreto n.º 46.970, suspendendo as visitas às unidades prisionais.

Alega que está preso há 175 dias e que, diante do prognóstico que se tem à frente em razão da pandemia do COVID-19, a sua manutenção em cárcere representará uma grave violação às suas garantias constitucionais.

Afirma que possui os requisitos para a obtenção da liberdade provisória e que estão ausentes os elementos para a prisão preventiva.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia cautelar.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ, fl. 132).

Na petição de reconsideração, relata o requerente que se encontra preso desde o dia 26/09/2019 sem formação da culpa. Afirma que é trabalhador, tem residência fixa e bons antecedentes.

Reitera a argumentação de que, em razão da pandemia do coronavírus, foram suspensas as visitas e adiada a audiência de instrução e julgamento que estava designada para o dia 07/04/2020, sem qualquer previsão para a sua inclusão em pauta.

Sustenta que os prazos para a formação da culpa já foram extrapolados e serão ainda mais mesmo depois de retomada a normalidade dos trabalhos judiciais, devido ao acúmulo de medidas a serem tomadas.

Aduz que a Recomendação n.º 62 do CNJ, em seu art. 4.º recomendou a reavaliação das prisões provisórias que tenham excedido o prazo de 90 dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça.

Aponta o cabimento das medidas alternativas descritas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Pugna pela reconsideração da decisão que indeferiu a liminar a fim de que seja concedida a liberdade provisória ao requerente.

É o relatório.

Decido.

Consoante consignado na decisão ora combatida, a concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrado, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, não obstante as razões do requerente, não vislumbro a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, transcrevendo em sua totalidade o decreto preventivo, denegou a ordem de *habeas corpus* ali impetrada, nos seguintes termos:

"[...]

Em 28/09/2019, houve audiência de custódia:

Em síntese, os policiais relatam estavam em incursão na COMUNIDADE DO ABACAXI a fim de reprimir o tráfico de drogas, quando se depararam com um grupo de indivíduos armados, os quais, ao visualizarem a guarnição efetuaram diversos disparos de arma de fogo contra os agentes da lei, tendo os policiais revidado a injusta agressão. Após a troca de tiros, a equipe policial logrou êxito em deter MARCELOS DOS SANTOS ALVES JUNIOR na posse de uma pistola calibre 9mm com numeração suprimida e EWERSON na posse de um rádio comunicador, além do material entorpecente descrito nos autos. Pelo que se infere dos relatos acima mencionados, bem como do auto de apreensão e laudo pericial da droga há indícios suficientes do *FUMUS COMISS DELICTI*. O DELITO EM TELA MERECE TOTAL REPROVABILIDADE POR PARTE DO PODER JUDICIÁRIO, HAJA VISTA QUE OS CUSTODIADOS FORAM PRESOS EM FLAGRANTE, APÓS INTENSA TROCA DE TIROS, EM ÁREA CONFLAGRADA PELO TRÁFICO DE DROGAS COM LIDERANÇA DE FACÇÃO CRIMINOSA, NA POSSE DE GRANDE E DIVERSIFICADA DE MATERIAL ENTORPECENTE, ALÉM DE ARMAS DE FOGO DE GROSSO CALIBRE, USO RESTRITO E COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA, O QUE DEMONSTRA UM POSSÍVEL ENVOLVIMENTO JUNTO AO TRÁFICO DE DROGAS LOCAL.[...] O CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS DEIXA A SOCIEDADE EM ALERTA EM RAZÃO DA CRIMINALIDADE QUE DE FLAGRA, SENDO O CRIME PROPULSOR DE OUTRAS MAZELAS SOCIAIS. POR ESSE MOTIVO, O PODER JUDICIÁRIO DEVE TER UMA ATITUDE MAIS ENÉRGICA NA REPRESSÃO DESTA PRÁTICA CRIMINOSA, A FIM DE RESGUARDAR A ORDEM PÚBLICA. TODA A DINÂMICA DELITIVA DEMONSTRA A REPROVABILIDADE DA CONDUTA, A PERICULOSIDADE DO CUSTODIADO, BEM COMO O IMINENTE RISCO À ORDEM PÚBLICA. ADEMAIS, A APREENSÃO DE COCAÍNA REQUER MAIOR RIGOR POR PARTE DO PODER JUDICIÁRIO, HAJA VISTA OS NOCIVOS EFEITOS CAUSADOS PELA SUBSTÂNCIA NO CORPO DO INDIVÍDUO. SALIENTO QUE EMBORA

TECNICAMENTE PRIMÁRIO,O CUSTODIADO MARCELO OSTENTA ANOTAÇÃO PRETÉRITA EM SUA FAC, O QUE REVELA UMA PERSONALIDADE DELITIVA, A PERICULOSIDADE DO CUSTODIADO E O IMINENTE RISCO À ORDEM PÚBLICA. [...]

[...]

Evidente, portanto, a necessidade de se afastar o paciente do convívio social, em virtude, não só da gravidade dos delitos, como também das circunstâncias dos fatos delituosos, sendo a restrição de sua liberdade, por ora, a medida mais adequada. Como bem assevera a Procuradoria de Justiça, no doc. 71:

"(...) verifica-se que o decreto prisional está suficientemente fundamentado em dados concretos dos autos, notadamente na apreensão de farta quantidade de entorpecentes (340g de maconha e 30g de cocaína) e de uma pistola calibre 9mm com numeração suprimida, após intensa troca de tiros em localidade dominada pela facção criminosa "Comando Vermelho". A jurisprudência pátria, como se sabe, é pacífica no sentido de que a elevada quantidade de entorpecentes, apreendida juntamente com arma de fogo, consubstancia a gravidade concreta da conduta e justifica a imposição da custódia cautelar (...) Além disso, verifica-se que o Paciente ostenta outra anotação criminal em sua FAC (bloco 39 do Anexo), pela prática do crime de furto qualificado, apurado no bojo da ação penal nº 0063930-30.2013.8.19.0002/0023296-02.2013.8.19.0031. Do andamento do processo supramencionado, verifica-se que o Paciente não foi localizado e teve que ser citado por edital, de modo que o prosseguimento do feito vem sendo obstaculizado pelo desconhecimento de seu paradeiro. Assim, imprescindível a manutenção da custódia tanto para a garantia da ordem pública, diante do histórico de reiteração delitiva, quanto para assegurar a aplicação da lei penal. A insuficiência de medidas cautelares alternativas é consequência lógica da imprescindibilidade da segregação cautelar para interromper ou atenuar as atividades criminosas. Ademais, a jurisprudência pátria é pacífica no sentido de que eventuais condições pessoais favoráveis, como primariedade, não garantem a liberdade quando presentes os requisitos autorizadores da custódia (v.g., STJ, RHC 93.752/MG, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, 5º T., j. 15/03/2018). Por fim, não há que se falar em violação ao princípio da homogeneidade, pois o Paciente foi denunciado pela prática dos crimes de tráfico, associação para o tráfico e resistência, de modo que, se a pretensão punitiva for julgada procedente, será incabível a aplicação de qualquer benesse incompatível com a prisão preventiva (...)

[...]

Ademais, se durante a instrução criminal for efetivamente comprovada a desnecessidade da cautela, o magistrado de origem, guardião natural da liberdade, determinará a soltura do paciente." (e-STJ, fls. 49-58).

Verifica-se dos trechos acima transcritos, que as instâncias ordinárias entenderam pela necessidade de manutenção da custódia preventiva do acusado, com fundamento na garantia da ordem pública, considerando o *modus operandi* e a periculosidade do acusado.

Não se constatou, no entanto, qualquer análise por parte da Corte Estadual sobre a questão relacionada com o apontado excesso de prazo na instrução criminal e os efeitos da pandemia do coronavírus na intensificação desse atraso. Essa situação impede que esta Corte Superior se pronuncie a respeito da temática, sob pena de indevida supressão de instância.

Ainda que assim não fosse, cumpre registrar que, relativamente à pandemia do novo coronavírus, o CNJ editou a Recomendação n.º 62, em cujo art. 4.ª, inciso I, alínea c, se recomenda aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, reavaliem as prisões provisórias, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, priorizando-se as prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa.

No presente caso, conforme consignado, a prisão preventiva do paciente foi fundamentada na gravidade concreta da conduta delitiva, praticada com violência, considerando a troca de tiros entre o seu grupo (integrantes do comando vermelho e associados para a prática de tráfico de drogas) e os policiais militares no momento do flagrante.

Sendo assim, muito embora o paciente se encontre preso por período superior ao previsto na sobredita recomendação, considerando a prática de delitos graves a demonstrarem a sua periculosidade, entendo pela manutenção, por ora, da custódia cautelar do acusado, cabendo ao magistrado de 1.º grau, no curso da instrução, reanalisar a necessidade de sua prisão e eventual excesso de prazo na instrução.

Diante do exposto, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator